CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA A SAÚDE PÚBLICA

Mônica Moura da Costa e Silva
Analista Legislativo Municipal
Área de Qualificação: Comissões / Sub-Área: Saúde Pública

ESTUDO TÉCNICO
ABRIL, 2014

ESTUDO TÉCNICO: A importância das ações de informação, educação e comunicação para a Saúde Pública.

Objetivo do documento: O estudo solicitado visa subsidiar do ponto de vista teórico-conceitual e com base em legislação específica, a votação do Projeto de Lei (PLE) no203/2013 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de mensagens de cunho informativo sobre saúde pública pelas agências de publicidade, jornais impressos e demais veículos de comunicação da capital", de autoria do Vereador Alan Castro, pelos membros da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar, Previdência e Seguridade Social. Entretanto, não cabe neste estudo qualquer análise relacionada ao mérito ou constitucionalidade da proposição em questão. Cumpre-nos apenas sistematizar os principais achados técnico-científicos e a legislação em saúde relacionada ao tema em questão com vistas a subsidiar a emissão e análise do parecer pela referida Comissão.

O Estado, representado por diversas instituições, detém o poder e a autoridade para garantir a toda população sob sua jurisdição, as políticas públicas, definidas segundo uma gama de interesses, necessidades e pleitos dos vários segmentos sociais. Por sua vez, os indivíduos que ocupam cargos de cúpula na estrutura do Estado e, portanto, compõem o Governo, participam do ambiente decisório na realização destas políticas públicas, direcionadas ao atendimento das demandas e interesses da sociedade, através de ações preventivo-promocionais e/ ou curativas.

Sobre o assunto, Celina Souza citou Dye para aduzir que Política Pública é o que o governo decide fazer ou não fazer; é a área do conhecimento que tem por objetivo "*colocar o governo em ação e/ ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações*".

Nesse contexto, as políticas de saúde adquirem relevo particular, enquanto instâncias de atuação no âmbito das competências específicas que lhes estão atribuídas, através da CF, da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), que dispõe

sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e pela Lei 8.142/1990 que dispõe sobre a participação da comunidade e sobre transferência de recursos intergovernamentais no SUS.

Dessa forma, pode-se dizer que as instituições públicas são instrumentos imprescindíveis para a transformação social e para a realização dos direitos inerentes à cidadania, quando conduzidas por um *staff* político-gerencial que busca a efetivação da integralidade em saúde, entre outros princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS ao assumir os princípios constitucionais ampliou a visão de saúde reconhecendo que determinantes sociais, políticos e econômicos associam-se sinergicamente a outros fatores diretos ou indiretos no processo saúde-doença. Assim, a integração do setor saúde com as outras políticas sociais e com os setores organizados da sociedade, passou a ser uma ferramenta básica no esforço de assegurar a oferta de bens e de serviços para todos e na melhoria da qualidade de vida da população.

No caso, as necessidades do sujeito passam a ser percebidas a partir de aspectos como moradia, alimentação, condições econômicas, sociais e culturais, bem como pelas vulnerabilidades e riscos, aspectos que podem culminar com o desenvolvimento de problemas patológicos e/ou sociais que afetam a saúde. Então, ao pensar na saúde/doença dos grupos há que se levar em conta estas questões para se delinear as condições que delimitam o viver e adoecer da população.

Um dos instrumentos que tende a facilitar a consolidação das diretrizes e ações propostas é a comunicação em saúde, prática que pode contribuir com a melhor articulação/reflexão das necessidades básicas dos usuários dos serviços, bem como com a apropriação dos direitos por parte da população. A comunicação enquanto estratégia de interação, a partir do diálogo e da escuta do outro, contribui para o maior conhecimento e a melhor adesão do usuário ao tratamento delineado.

A Organização Mundial de Saúde - OMS (1997) indicou a estratégia da promoção da saúde como metodologia de escolha para o desenvolvimento de ações abrangentes capazes de estimular a mudança do estilo de vida e das condições ambientais, econômicas e sociais que determinam a saúde, possibilitando a mudança no modelo de atenção e sendo, por isso, designada como guia para alcançar a meta Saúde para Todos no Século 21 (SPT/séc.21), que reafirma a meta SPT/2000 para o novo século. Concomitantemente, a renovação conceitual da Saúde Pública coloca a questão das funções essenciais, entendidas como atuações de um segmento específico e funcional do sistema de saúde, sendo conformadas em relação direta com as ações de toda a sociedade as práticas sociais que abarcam o amplo campo de seus fatores biológicos e sociais condicionantes e determinantes, e de sua atenção específica (Organização Panamericana de Saúde - OPS, 2002).

A promoção da saúde é considerada, então, como uma das funções essenciais da saúde pública e, como estratégia articulada às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no SUS, possibilita pensar e operacionalizar ações para responder às necessidades sociais em saúde, dirigidas aos sujeitos e à coletividade.

Nessa perspectiva, a promoção da saúde pode ser entendida: como nível de atenção com ações destinadas a fomentar (no sentido de melhorar, incrementar) a saúde dos não enfermos; como enfoque com visão holística do processo de saúde-doença e da forma de intervir no mesmo (mudança na forma de entender e atuar em saúde); como função essencial da saúde pública, visando ações na comunidade que contêm, com ativa participação cidadã, fortalecimento da intersetorialidade e empoderamento para facilitar uma cultura da saúde (Buss, 2005). O conceito de empoderamento ("empowerment") tem sido relevante nos últimos anos e, no campo da saúde pública, tem sido utilizado como estratégia de ganho de saúde. Autores como Bernstein et al., 1994, Wallerstein & Bernstein, 1994, e Thursz, 1993 (todos apud Teixeira, 2000), definem o empoderamento como a capacidade de as pessoas conseguirem maior compreensão e controle sobre suas forças pessoais,

sociais, econômicas e políticas, agindo para a melhoria das condições de vida, inclusive aquelas que incidem direta ou indiretamente na situação de saúde.

Nesse sentido, há que se considerar as escolhas teórica e metodológica que permeiam as ações de comunicação em saúde, inclusive as estratégias de comunicação e materiais informacionais utilizados. As mensagens de cunho preventivo-promocional da saúde devem ser voltadas para a ampliação do acesso às informações e orientações em saúde, de forma que os usuários façam uso prático dessas mensagens.

Os materiais informacionais utilizados nos processos de comunicação em saúde devem atuar como dispositivos na dinâmica de mediação entre políticas e práticas de saúde, dando visibilidade a importantes procedimentos e necessidades de informação em saúde, tais como o diagnóstico de doenças prevalentes e prioridades de tratamento precoce, além da vigilância de agravos de notificação compulsória e doenças letais endêmicas e epidemias.

Dessa forma, os processos e materiais de informação, educação e comunicação em saúde, quando vinculados a projetos de emancipação e empoderamento em saúde, poderão contribuir para a socialização de conhecimentos e disseminação de informações que conduzam a modos de viver a vida saudáveis e a adoção de práticas preventivas e de controle de doenças.

REFERÊNCIAS

BUSS, P.M. Promoção da Saúde no Brasil. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1., 2005, Rio de Janeiro. Conferência de Abertura... Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

IGNARRA, R.M., ROQUE, C., PARREIRA, C. Informação, Educação e Comunicação para promoção da saúde - uma experiência no Projeto Nordeste. Brasília: Ministério da Saúde,1998.

Relatório Final da XI Conferência Nacional de Saúde – Políticas de Informação, Educação e Comunicação – IEC no SUS).

RODRIGUES, Marta M. Assunção. Políticas Públicas. Folha Explica, p.30.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Volume I, jan/junho de 1999, Porto Alegre,2006, p.24.